

Coordenadoria de Promoção da Integridade

Balanço de Gestão

2016

A Coordenadoria de Promoção da Integridade

A Coordenadoria de Promoção da Integridade (COPI) é o órgão da Controladoria Geral do Município (CGM) que atua de forma transversal com o objetivo de democratizar e qualificar a gestão pública, por meio de políticas de transparência, controle social, fortalecimento da gestão e ética. Com esse propósito, a Coordenadoria busca fortalecer a cidadania, com ferramentas de controle social, e garantir o direito de acesso à informação de todos/as cidadãos/ãs.

No ano de 2016, a COPI focou em projetos de (i) formação, (ii) articulação e (iii) difusão das iniciativas e marcos de transparência, controle social, ética e fortalecimento da gestão. De modo integrado, a Coordenadoria agiu em diferentes áreas com o propósito de se aproximar dos gestores/as públicos que trabalham com transparência no seu dia a dia e de aprimorar as ferramentas para o controle social.

Abaixo, estão apresentados os principais projetos desenvolvidos ao longo do ano de 2016, divididos em grandes eixos condutores do trabalho das diferentes divisões que a compõe. O Balanço - 2016 teve como norte apresentar o que fora realizado durante esse ano, os principais impactos e resultados, a partir da situação encontrada.

Todos os materiais e as ações da COPI estão públicos e disponíveis para qualquer interessado/a compartilhar e reutilizar. Esperamos que esse conteúdo sirva de prestação de contas para a população de São Paulo, além de fornecer apoio aos órgãos de controle interno nos diferentes municípios e para estudos e pesquisas.

Aproveitamos, por fim, para agradecer todos os servidores internos e externos envolvidos em todas as atividades da Controladoria. Não haveria o quê compartilhar sem a dedicação de cada um de vocês.

Muito obrigada!

Coordenação

Disponibilização ativa de informações: linguagem cidadã e informação de qualidade

Um dos grandes pilares de atuação da COPI durante esse ano foi a busca por uma disponibilização ativa de informações com qualidade, acessíveis a todos os públicos e, sobretudo, por meio de uma linguagem cidadã.

Nesse sentido, diferentes projetos foram desenvolvidos com o intuito de qualificar as informações produzidas pelo poder público e, além disso, disponibilizá-las em formato e linguagem cidadã - para que qualquer público, independente de sua formação, possa conhecer e participar da gestão pública.

Reformulação do Portal da Transparência: linguagem mais cidadã

O Portal da Transparência, desenvolvido em 2009 como “De Olho nas Contas”, passou por adaptações desde 2013 com a inclusão de uma série de informações ativas. Divididos em ícones no menu superior, o Portal contava com informações sobre Contas, Funcionalismo, Subprefeituras, Administração Indireta e Acesso à Informação. Por conta de limitações técnicas, ainda haviam ícones no menu lateral e banners que, em alguns casos, se repetiam. Dessa forma, devido ao alto volume de dados que o Portal agregava, as informações estavam dispersas pela página, dificultando o acesso.

Para tanto, a Controladoria encampou uma proposta de reformulação do Portal da Transparência, a partir de um novo contrato com empresas de tecnologia. Com esse projeto, fora realizado um Café Hacker para colher sugestões sobre os dados e as formas de visualizações e, além disso, uma audiência pública para discutir aspectos do mercado de tecnologia.

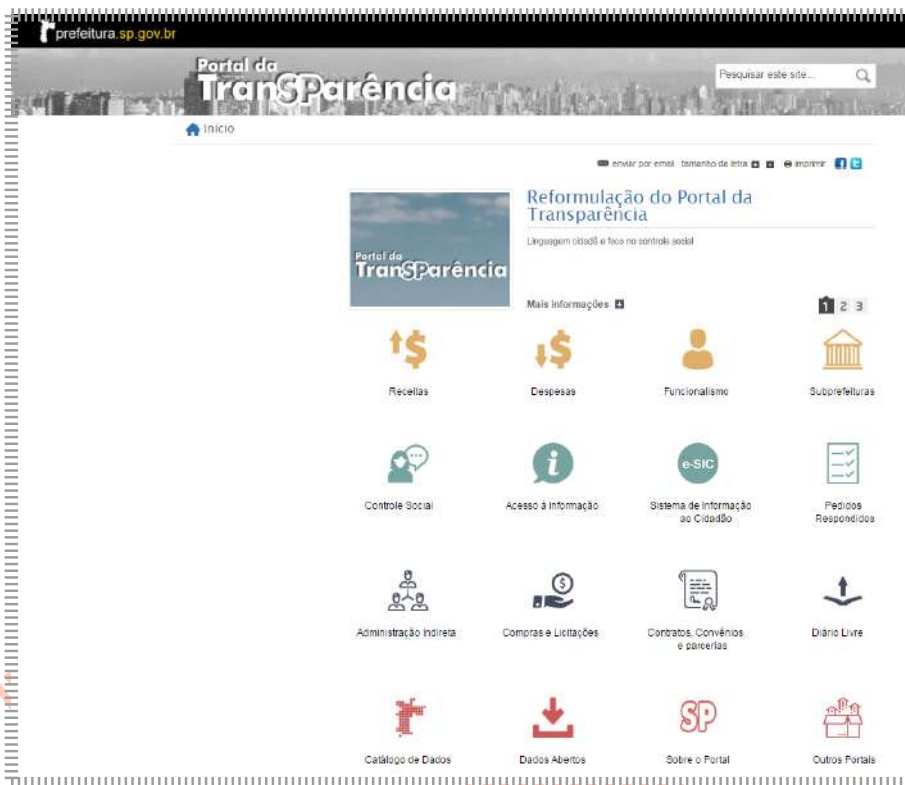
Devido à restrição orçamentária, a contratação de empresa específica para o desenvolvimento do Portal não foi possível de se efetuar. No entanto, a própria equipe da COPI, sobretudo a Divisão de Transparência Ativa, com o apoio da comunicação social, adaptou todo o front end (página que os cidadãos visualizam) para ícones de acesso direto às páginas internas. Esse trabalho foi feito internamente e com base em todas as sugestões feitas nos processos participativos. Com o manuseio do sistema de gerenciamento de conteúdo "Share Point" e desenvolvimento de ícones mais acessíveis, a Coordenadoria reformulou toda a interface do Portal com o cidadão. O projeto teve início com o mapeamento das informações e links dos Portais e, depois, com o redesenho das páginas, imagens e reformulação de conteúdo. Todas as páginas foram revisitadas e os conteúdos gerais foram adaptados com intuito de torná-los mais acessíveis.

Como resultado desse processo de 3 meses, em dezembro de 2016, uma nova versão, mais amigável e intuitiva, foi lançada ao ar com intuito de fortalecer o controle social e permitir maior acesso e uso dessa ferramenta. Além desses itens, a página inicial conta com um direcionamento para informações sobre Controle Social e, nela, foram incorporados novos projetos, como o Pedido Respondido, além direcionamento para o Diário Livre, Portal de Dados Abertos e uma junção de outros portais do município. Esse último ícone é um grande hub de portais desenvolvidos pela Prefeitura de São Paulo com o intuito de tornar a gestão mais transparente e participativa.

Foto 1 - Página do Portal - antes da reformulação:



Foto 2 - Página do Portal - depois da reformulação:



Disponível em: <http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br>

Página da Coordenadoria: reorganização de conteúdo e mais informações disponíveis

Além do Portal da Transparência, gerenciado por esta Coordenadoria, todos os órgãos e coordenações possuem suas páginas oficiais no [Portal da Prefeitura de São Paulo](#). Dentro da página da Controladoria Geral do Município, é possível acessar a página das diferentes Coordenadorias que a compõem, inclusive da Promoção da Integridade.

No entanto, algumas informações da página estavam desatualizadas e não abarcavam todo o trabalho feito pela COPI, como por exemplo, a apresentação de suas divisões internas.

A partir do levantamento das áreas, páginas e informações, a equipe da COPI, de forma conjunta, sugeriu uma reorganização da página e, cada divisão, se responsabilizou pela produção de conteúdos relativos às áreas. Desse modo, fora atualizada a página da Coordenadoria com a inserção de botões para cada divisão e a criação de 16 ícones relacionados aos projetos desenvolvidos. Com essa nova página, a COPI pode disponibilizar conteúdos de trabalho, como os manuais elaborados pela Divisão de Fortalecimento da Gestão e demais apresentações das atividades externas.

Foto 3 - Página da COPI - depois da reformulação:

The screenshot displays the website for the COPI (Coordenadoria de Promoção da Integridade) of the Prefeitura de São Paulo. The page features a dark blue header with the website URL 'prefeitura.sp.gov.br' and the Prefeitura de São Paulo logo. Below the header, the title 'COPI - Coordenadoria de Promoção da Integridade' is prominently displayed, followed by a breadcrumb trail: 'Início > Secretarias > Controladoria Geral > Coordenadoria de Promoção da Integridade'.

The main content area is divided into several sections:

- Left Sidebar:** Contains the Prefeitura de São Paulo logo and a list of navigation links including 'A COPI', 'Transparência Ativa', 'Transparência Passiva', 'Fomento ao Controle Social', 'Fortalecimento da Gestão', 'Promoção da Ética', 'AGENTES DE G.A.', 'ANÁLISE QUALITATIVA', 'BIBLIOTECAS POLO', 'CAFÉ HACKER', 'CÓDIGO DE CONDUTA', 'CMBD', 'COMISSÃO DE ACESSO À INF.', 'CONTEÚDO LIVRE', 'DADOS ABERTOS', 'DIÁRIO LIVRE', 'OFICINAS DA LAI', 'PEDIDO RESPONDIDO', 'PORTAL DA TRANSPARÊNCIA', 'PUBLICAÇÕES', 'REDE INFO', and 'REDES SOCIAIS'. At the bottom of the sidebar are contact information (Endereço: Vaduto do Chá, 15, 10º andar - Centro, Telefone: (11) 3113-8234), SAC (Serviço de Atendimento ao Cidadão), and dropdown menus for 'SECRETARIAS' and 'SUBPREFEITURAS'.
- Em destaque (Featured):** A large graphic with the text 'CONTROLADORIA CIDADÃ'.
- CGM-SP lança Manual de Controladoria Cidadã:** A news item stating that the material is available for download and sharing.
- LEI nº 16.574:** A news item titled 'Prefeitura sanciona Lei que prioriza o uso de softwares livres em equipamentos de toda a Administração Municipal', mentioning that programs adopted by the administration should be open source.
- DADOS ABERTOS:** A news item titled 'Portal de Dados Abertos', stating that the new platform allows access to more than 90 data sets for download.
- Acesso à Informação:** A section with a circular graphic and the text 'Acesso à Informação'.
- Notícias (News):** A list of recent news items, including 'Controladoria Social: Café Hacker discute o orçamento municipal e batsu recorde de inscrições', 'Rede Info: Oficina de Dados e Criação de Infográficos é tema da 5ª edição da Rede INFO', 'Acesso à Informação: "Bibliotecas como Polos de Acesso à Informação": Controladoria faz apresentação sobre o projeto na FESPSP', and 'Inovação: Prefeitura sanciona Lei que prioriza o uso de softwares livres em equipamentos de toda a Administração Municipal'.
- Veja também (See also):** A section with links to 'Portal da Transparência', 'e-SIC', and 'Denúncias'.

Disponível em: http://prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/controladoria_geral/coordenadoria_de_promocao_da_integridade

Qualidade da Transparência Ativa - Botões de Acesso à Informação e Participação Social

Nos meados de 2016, a divisão de Fortalecimento da Gestão desenvolveu uma metodologia de análise da qualidade da disponibilização de informações ativas, nos botões de acesso à informação e participação.

Essa análise buscou verificar em que medida estão sendo seguidos os parâmetros previstos em lei (conformidade legal) e nas recomendações internas da CGM e SECOM, o grau de integração das informações disponibilizadas de maneira ativa, e se há promoção de boas práticas de gestão da informação e de acessibilidade. Para além de realizar uma avaliação da transparência, a Divisão elaborou manuais e outros materiais de apoio aos gestores que lidam diretamente com a atualização de informações em portais oficiais. Esses materiais estão disponíveis ativamente na página da COPI no seguinte [link](#).

Ao todo, foram produzidos 27 relatórios - um para cada secretaria - com análise e recomendações para melhoria das informações publicadas ativamente.

Catálogo Municipal de Base de Dados: Revisão e inclusão de novas bases

Instituído em 2014 por meio do Decreto 54.779/14, o Catálogo Municipal de Base de Dados (CMBD) foi construído de modo intersecretarial com apoio de todos os órgãos da administração municipal. Sua criação foi fundamental para a organização do **Portal de Dados Abertos** da Prefeitura de São Paulo em 2015.

Como as informações e dados da Prefeitura estão em constante produção e novas informações são disponibilizadas ativamente pelos órgãos, o Catálogo requer atualização permanente. A primeira atualização feita pela COPI foi no mês de julho de 2016. Desse modo, a Controladoria oficiou todos os órgãos para que houvesse atualização do Catálogo e, paralelamente, levantou todas as bases e informações já ativas nos Portais oficiais de cada órgão. Com isso, pode acrescentar mais bases de dados, tratar as informações disponíveis no Catálogo e, ademais, apresentar um rol de informações que já estão ativas nas páginas oficiais de diferentes órgãos da Prefeitura.

Assim, a COPI buscou (i) atualizar as informações existentes; (ii) apresentar uma versão mais técnica do CMBD; (iii) apresentar uma versão mais acessível da base de inventário; (iv) evidenciar um rol de informações já disponibilizadas ativamente pela Prefeitura.

O CMBD está disponível em: **<http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/administracao/Paginas/cmbd.aspx>**.

O Conteúdo da Prefeitura é Livre!

Com proposta inovadora, a Controladoria propôs uma regulamentação para permitir que todo conteúdo produzido pela municipalidade seja de licença livre, isto é, que não seja necessário pedir autorização para uso. A licença livre já, de antemão, deixa estabelecido o que é possível fazer com um material produzido pelos agentes públicos em suas funções, como por exemplo, copiar livremente, reutilizar, vender etc.

Todo esse processo foi feito em parceria com o COLAB-USP, por meio do Convênio CGM nº 30/2014 e pode ser conferido no botão específico do assunto: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/controladoria_geral/coordenadoria_de_promocao_da_integridade/index.php?p=225253. Como resultados dessa iniciativa foram elaborados: 1) uma minuta de decreto, em tramitação com o processo de nº 2016-0.198.038-4 estabelecendo diretrizes gerais sobre licenciamento de conteúdos e 2) material de orientação aos servidores e cidadãos interessados no tema.

Difusão do Código de Conduta Funcional e da Ética na Administração

Regulamentação do Código de Conduta Funcional

O Código de Conduta Funcional (CCF) da Administração Municipal foi publicado em 2015 por meio do Decreto nº 56.130. Sua publicação representou um grande marco para inserir o tema da ética na administração municipal e, sobretudo por contar com a participação de servidores na elaboração, um pilar para essa política.

O documento reforça valores e princípios fundamentais para o serviço público, como o compromisso com o interesse público, a legalidade, a publicidade e a impessoalidade, e estabelece um padrão mínimo de

conduta e orientações que podem apoiar o servidor a tomar a melhor decisão quando diante de uma dúvida.

Além disso, para avançar ainda mais em pontos específicos de conflito de interesses, afastamento para eventos internos e externos e alterações patrimoniais da alta administração, a Divisão de Promoção da Ética elaborou uma portaria interna com descrições de procedimentos e pontos fundamentais relativos ao CCF.

Além da Portaria, a Divisão elaborou a Cartilha “Ética e Transparência na Administração Municipal” ([download](#)) para servir de apoio à divulgação do CCF e à realização da oficina sobre o tema. A publicação está disponível em formato eletrônico e traz os principais temas do Código, além de casos práticos para discussão e ferramentas de diagnóstico de conflito de interesses.

Uma série de materiais para divulgação e apropriação do Código de Conduta Funcional entre os servidores foi desenvolvida pela COPI em 2016. Disparados pelos emails institucionais e em redes sociais, os avisos de divulgação do CCF tiveram alcance significativo e cumpriram com o propósito de difundir elementos de ética no serviço público.

Depois de tais divulgações, o Código de Conduta Funcional foi acessado 4.840 vezes.

Fotos 4 e 5



Formação dos/as servidores/as sobre Ética e Código de Conduta Funcional

Por fim, com o propósito de que mais servidores pudessem se apropriar do Código de Conduta Funcional dos Agentes Públicos e da Alta Administração Municipal, a Divisão de Promoção da Ética desenvolveu a **Oficina de Ética** em parceria com a Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo (EMASP). A atividade envolve exposições sobre o tema da ética no serviço público e discussão participativa de casos de conflito de interesses e condutas inadequadas para o agente público. Ao todo, 371 foram formados em a respeito dos temas do Código de Conduta e sobre o tema da ética no serviço público.

Fotos 6, 7, 8, 9 - Oficina "Ética" em parceria com a Escola Municipal de Administração Pública (EMASP)



Mapeamento dos Comitês Internos

Com o objetivo de mapear e manter registro das iniciativas de comitês internos de ética na administração direta e indireta, a Divisão de Promoção da Ética fez um levantamento que visou conhecer estas estruturas, seus papéis e características de funcionamento. Além disso, buscou identificar como os órgãos obedecem o fluxo de encaminhamento para averiguação de suposta irregularidade cometida por servidor municipal. No total, 47 órgãos responderam à provocação da CGM e, desses, apenas 2 apontaram a existência de Comitês de Ética e 2 órgãos com estruturas que desempenham funções similares a de um comitê.

Controle social e fortalecimento da cidadania

Dando continuidade ao trabalho da Divisão de Fomento ao Controle Social, foram realizadas duas oficinas voltadas à população para divulgar a Lei de Acesso à Informação e o uso de suas ferramentas. Essas atividades difundiram o direito de acesso à informação como essencial para a garantia de outros direitos e demandas sociais.

Chamadas de LAI COM, os temas do ano de 2016 foram Direito à Cidade e Educomunicação e ocorreram em parceria com organizações da sociedade civil, academia e movimentos sociais.

Oficinas da LAI COM

Fotos 9 e 10 - Direito à Cidade



Educomunicação

Foto 12



Café Hacker

Além das Oficinas LAI COM, durante esse ano foram realizados 4 Cafés Hacker em parcerias com outras secretarias da Prefeitura de São Paulo. O primeiro, de organização da própria Controladoria, abordava o Portal da Transparência e as principais medidas de usabilidade, navegação e dados para melhoria dessa ferramenta.

Café Hacker Portal da Transparência

Foto 13



O segundo Café Hacker foi organizado em parceria com a Secretaria de Finanças (SF) e bateu o recorde de inscrições. Com mais de 270 interessados, a COPI e SF tiveram que dividir o evento em duas edições especiais. A primeira, no MobiLab, e a segunda, no Encontro Brasileiro de Governo Aberto.

Nas ocasiões, a SF apresentou uma aplicação tecnológica (API) que consome e disponibiliza dados do Sistema Orçamentário e Financeiro (SOF). Com essa ferramenta, a proposta é de permitir que haja aplicativos e ferramentas tecnológicas de cruzamento e análise de dados orçamentários.

Café Hacker - API SOF

Foto 14 - 1º Edição - MobiLab



Foto 15 - 2ª Edição - I Encontro Brasileiro de Governo Aberto
(Centro Cultural São Paulo)



3ª Edição - Café Hacker - Dados da Educação

Fotos 16 e 17



Bibliotecas como polo de acesso à informação

Por fim, no ano de 2016, a Divisão de Fomento ao Controle Social implementou o projeto “Biblioteca como Polo de Acesso à Informação”. Com os propósitos de criar novos espaços presenciais para atendimento dos pedidos de acesso à informação e democratizar o uso da LAI e das ferramentas de controle social, 8 bibliotecas municipais espalhadas pelas regiões da cidade se transformaram em pólos de acesso à informação. O projeto é uma parceria da COPI com a Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas (SMB) da Secretaria Municipal de Cultura (SMC).

Neste [link](#) estão disponíveis todos os endereços das bibliotecas municipais polo de acesso à informação. Além de implementar o projeto nesses equipamentos públicos, o projeto contou com uma dimensão formativa tanto para público interno quanto externo. Com isso, foram formadas em 29 encontros aproximadamente 448 pessoas em temas relacionados ao controle social.

Foto 18



Como primeira etapa do processo, a COPI e a coordenação do SMB organizaram uma apresentação aos servidores/as de todas as bibliotecas municipais. A primeira reunião visava, então, apresentar o projeto total aos bibliotecários/as e colher sugestões, propostas e críticas sobre a implementação da iniciativa.

1ª Reunião de Apresentação e Construção do Projeto

Foto 19



Uma das principais questões levantadas pelos trabalhadores das bibliotecas foi a dificuldade de compreender todos os canais de relação com os cidadãos e o encaminhamento correto a ser feito na ponta. Por esse motivo, a Divisão de Fomento ao Controle Social organizou, em parceria com a Ouvidoria Geral do Município e a Secretaria Municipal de Gestão, a Oficina "Canais de atendimento" que ocorreu na Semana de Biblioteca, Território e Cidade.

Oficina Canais de atendimento - Semana de Biblioteca, Território e Cidade

Fotos 20 e 21



No meio desse projeto, ainda, tivemos uma Reunião de Avaliação com todos os pontos focais das bibliotecas polos. Com uma dinâmica preparada especialmente para o diálogo, a COPI e o SMB colheram os principais pontos positivos do projeto e os gargalos para avançar. Depois dessa reunião, o projeto contou com uma nova fase, voltada para comunicação e articulação entre as bibliotecas e o território.

Reunião de Avaliação do Projeto

Foto 22



Projeto da Biblioteca Érico Veríssimo, região de Taipas

Foto 23



Visita de jovens do projeto à Controladoria

Foto 24



Formação de Servidores/as em Controle Social

Desde novembro de 2016, a Divisão de Fomento ao Controle Social passou a realizar uma série de atividades formativas voltadas aos servidores municipais. Em parceria com a EMASP foram oferecidas 4 oficinas de Controle Social e Participação da Sociedade Civil na Gestão Pública. Ao todo, foram formados mais de 64 servidores.

1ª Oficina de Controle Social

Foto 25



2ª Oficina de Controle Social

Foto 26



3ª Oficina de Controle Social

Foto 27



4ª Oficina de Controle Social

Foto 28



Pedidos de acesso à informação e gestão do Sistema e-SIC

Relatório de Qualidade dos Pedidos de Acesso À Informação

Neste ano, além das análises quantitativas sobre os pedidos de acesso à informação, a Divisão de Transparência Passiva elaborou uma metodologia que pudesse avaliar a qualidade das respostas fornecidas pelos órgãos. A partir de análise da (i) agilidade da resposta; (ii) formalidade; (iii) nível de atendimento e (iv) nível de compreensão, foi elaborado um **Relatório de Qualidade dos Pedidos de Acesso à Informação** para cada subprefeitura e secretaria da Prefeitura.

Desde o início do projeto foram realizadas 49 visitas aos órgãos municipais. Depois da visita, sobretudo nas subprefeituras, a COPI agendava uma oficina de agente de governo aberto para abordar a Lei de Acesso à Informação para servidores das diferentes áreas. Nessas oficinas 543 servidores de diferentes Subprefeitura participaram das formações.

Reunião de apresentação dos Relatórios de Qualidade do e-SIC - Subprefeitura

Fotos 29 e 30



Reunião de apresentação dos Relatórios de Qualidade do e-SIC - Saúde

Foto 31



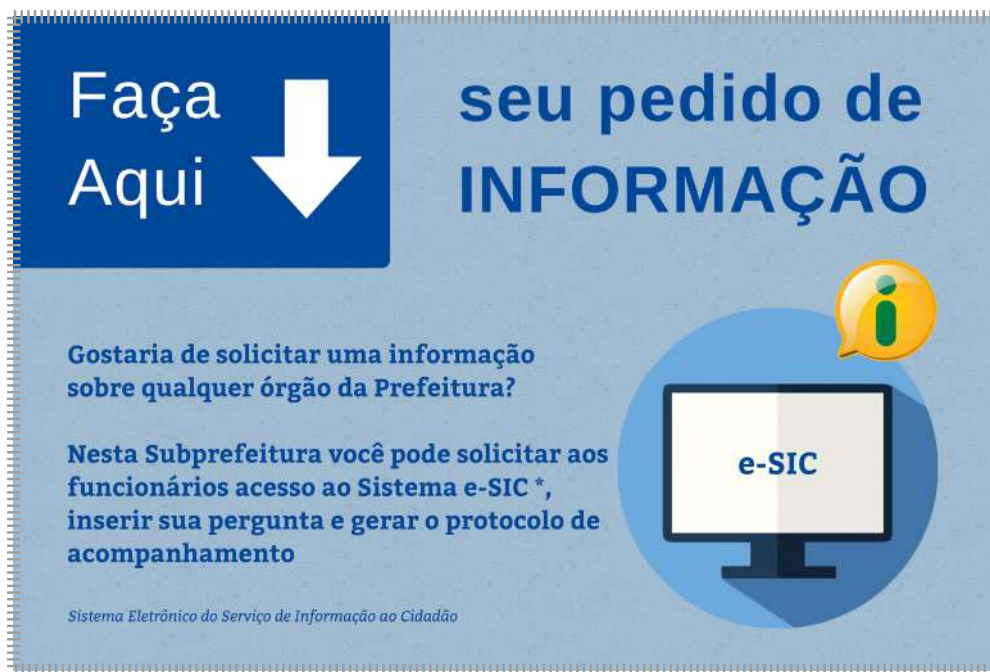


Implantação de SIC presencial

Além das visitas e oficinas, a Divisão de Transparência Passiva passou a orientar in loco a implantação dos SIC presenciais em todos os órgãos da Prefeitura. Para tanto, deixou disponível um cartaz de divulgação e sinalização dos pontos presenciais do SIC. Nesse processo, a COPI formou 135 servidores sobre atendimento presencial de pedidos de acesso, incluindo os profissionais da biblioteca que foram capacitados sobre acesso à informação e uso do sistema e-SIC.

Cartaz para divulgação do SIC presencial nas Subprefeituras

Foto 32



Reunião para implantação do SIC presencial na biblioteca da SME

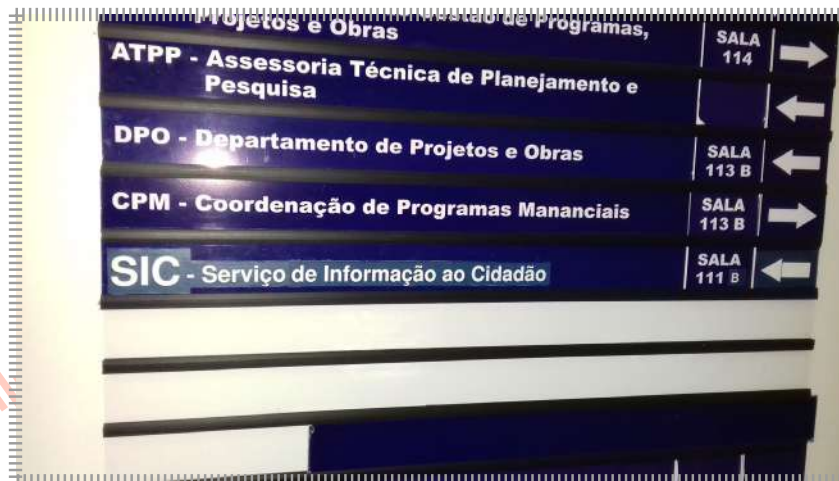
Foto 33



A Controladoria ainda manteve o contato com os órgãos para verificar a implantação dos SICs presenciais e as principais dificuldades e apoio necessário. Abaixo, estão registros do SIC presencial em diferentes secretarias.

SIC presencial - Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB)

Foto 34



SIC presencial na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC)

Foto 35



SIC presencial na Secretaria Municipal de Educação (SME)

Foto 36



Rede INFO

A Divisão de Transparência Passiva também iniciou um projeto de articulação e formação dos servidores municipais que lidam direta ou indiretamente com a Lei de Acesso à Informação. Esse projeto foi chamado de Rede INFO e envolveu mais de 370 servidores, contando os responsáveis legais pelo e-SIC (chefes de gabinete) e as assessorias técnicas que trabalham com os pedidos de acesso. Como proposta de articulação, estruturou o **Café com a Rede**, um momento mais informal que busca apresentar práticas de boa gestão, debater temas críticos do cotidiano do Sistema e promover o encontro entre os servidores. No total, em torno de 199 servidores participaram de atividades formativas sobre transparência e acesso à informação no município.

1ª Café com a Rede INFO - Oficina Participativa sobre acesso à informação

Foto 37



2º Café com a Rede INFO - Canais de Atendimento ao Cidadão

Foto 38



3º Café com a Rede INFO - Dados Abertos e Troca de Experiências

Foto 39



4º Café com a Rede INFO - Dados pessoais e privacidade

Foto 40



5º Café da Rede INFO - Oficina de Análise de Dados e Criação de Infográficos

Foto 41



6º Café da Rede INFO - Balanço do e-SIC

Foto 42





Fortalecimento da gestão pública

A Divisão de Fortalecimento da Gestão, no ano de 2016, atuou sobretudo em 3 frentes: 1) elaboração de materiais e análises para a melhoria de processos, orientando sobre e padronização de fluxos e procedimentos e gestão das informações; 2) sistematização dos dados dos diferentes sistemas de compras municipais; 3) monitoramento dos pregões presenciais.

No primeiro caso, a Divisão elaborou materiais para publicação de contratos no Portal da Transparência, Gestão de informações, auxiliando os servidores municipais a sistematizar informações e foi responsável por todas as análises de cumprimento da transparência ativa bem como pelos manuais de implementação do botão de acesso à informação e de participação social.

No que diz respeito à organização e sistematização dos dados de compras públicas, foi responsável por entrar em contato com os diferentes órgãos dos entes federados e solicitar as informações referentes às compras municipais. Nesse processo, avançou no acesso às bases e ainda teve como desafio a padronização das distintas informações, fator que permitiu fornecer o apoio à implementação do Observatório de Despesas Públicas.

Ainda, no ano de 2016, em virtude dos trabalhos anteriores realizados pela COPI, foram elaborados, somente, dois pedidos de justificativa para a realização de pregões presenciais, e coube monitorar a aplicação do Decreto Municipal nº 54.102/2013, que obriga a realização dessas modalidades de licitação na forma eletrônica.

Governo Aberto

Plano de Ação Municipal em Governo Aberto - OGP

A Prefeitura de São Paulo, em 2016, foi escolhida pela iniciativa internacional Parceria em Governo Aberto (Open Government Partnership) como uma cidade destaque em iniciativas de governo aberto e por isso, integrante do programa pioneiro de criação de Plano de Ação em Governo Aberto a nível municipal, espaço que antes era reservado apenas para países.

Todo o processo de criação do Plano Municipal foi estruturado de modo a promover a participação social, a transparência e a integridade. A equipe da COPI bem como da São Paulo Aberta promoveram a criação de um Fórum composto por entidades da sociedade civil que seria co-responsável pela criação e acompanhamento das etapas de criação dos compromissos em governo aberto que compõem o Plano de Ação.

Como etapa de construção do Plano, ainda, foram realizadas três oficinas em diferentes regiões da cidade de São Paulo, visando diversificar e envolver o maior número de cidadãos no processo. Além destas oficinas, foi lançada uma consulta pública online para atingir aqueles que não pudessem comparecer presencialmente. Em ambas oportunidades, os cidadãos puderam escolher e debater quais problemas consideravam mais relevantes e, assim, proporem sugestões de compromissos para integrar o Plano de Ação Municipal. No total, 73 cidadãos e cidadãs, representando 45 organizações da sociedade civil, participaram das oficinas territoriais e a consulta pública online contou com 33 contribuições. Posteriormente ao processo de construção das propostas de compromissos, as propostas

foram submetidas à uma votação online, da onde foram escolhidos os cinco compromissos mais votados que compõem o Plano de Ação Municipal em Governo Aberto.

A coordenação entre a atuação da COPI, da equipe do São Paulo Aberta e das entidades da sociedade civil que compõem o Fórum de Gestão Compartilhada refletem a relação positiva entre diferentes órgãos da prefeitura e entre a sociedade civil na construção e promoção de uma agenda de governo aberto.

Reunião do Fórum de Gestão Compartilhada

Foto 43



1ª Oficina de Criação de Compromissos - Zona Leste - 18/10/2016

Foto 44



2ª Oficina de Criação de Compromissos em Governo Aberto - Centro - 19/10/2016

Foto 45



3ª Oficina de Criação de Compromissos em Governo Aberto - Zona Oeste - 20/10/2016

Foto 46



Troca de Experiências em Participação Social - Brasil & Portugal - Convidado: Roberto Falanga

Uma das ações promovidas em 2016 foi a discussão sobre iniciativas internacionais em participação social e a troca de experiência em governo aberto. São Paulo Aberta e COPI promoveram, conjuntamente, no dia 25 de outubro uma palestra com o pesquisador português Roberto Falanga. Na ocasião foi possível conhecer as iniciativas de participação social em Portugal e refletir sobre os desafios para a participação social tanto no Brasil quanto em Portugal.

Roberto Falanga é mestre em Psicologia e Doutor em Sociologia. Desde 2014 colabora com a equipa consultora do programa “BipZip - Bairros de Intervenção Prioritária Zonas de Intervenção Prioritária” da Câmara de Lisboa (programa nomeado como “boa prática” em 2013 pelo Observatório Internacional da Democracia Participativa). Entre 2015 e 2016 integrou a equipa externa de Avaliação do Projeto Nacional “Portugal Participa - Caminhos para a Inovação Societal”.

Atividade Troca de experiência em participação social

Foto 47

PORTUGAL - BRASIL

TROCA DE EXPERIÊNCIAS EM PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Auditório do Solar da Marquesa de Santos

R. Roberto Simonsen no 136-A

31 Dia 25 de outubro Início 9h

Presença do Pesquisador Português Roberto Falanga*

*Graduado e mestre em Psicologia, doutor em Sociologia, foca sua pesquisa acadêmica na participação da sociedade civil na construção de políticas públicas em diversas escalas. Atualmente é membro de uma equipe de investigação que analisa o Programa Nacional de Participação em Portugal: "Portugal Participa: Caminhos para a Inovação Societal (2015/2016)". Além disso, é pesquisador no Instituto de Ciências Sociais ICS da Universidade de Lisboa no âmbito do Project MOPACT "Mobilising the Potential of Active Ageing in Europe".

saopauloaberta SÃO PAULO ABERTA PREFEITURA DE SÃO PAULO

I Encontro Brasileiro em Governo Aberto

Em parceria com a equipe do São Paulo Aberto (PMSP), a Controladoria Geral da União (CGU) e as entidades da sociedade civil: Artigo 19, Imaflora, Laboratório de Desenvolvimento e Participação da Universidade de São Paulo (Colab/USP), Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, foi promovido no dia 29 de novembro de 2016 o primeiro Encontro Brasileiro de Governo Aberto. Esse evento tinha por objetivo integrar órgãos públicos, organizações não governamentais, pesquisadores, universidades, movimentos sociais, cidadãos e setor privado, para debater os avanços e os desafios do tema Governo Aberto.

A programação do evento contou com o **Lançamento Oficial do Plano de Ação em Governo Aberto do município de São Paulo**, disponível para consulta neste [link](#), e o lançamento oficial dos Cadernos de Orientação em Governo Aberto e Participação Social pela Secretária Adjunta de Direito Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo **Djamila Ribeiro**.

Além dessas atividades, a programação possuía uma diversidade de discussões que tratavam transversalmente as questões de governo aberto: roda de debate com o público sobre Plano de Ação do Brasil; roda de debate com o público sobre Plano de Ação de São Paulo; grupo de Trabalho: Construção de uma agenda de pesquisa em governo aberto (academia); mesa de debate: Transparência e Meio Ambiente; oficina: Acesso à Informação para Migrantes e Refugiados; oficina: Mídias Sociais, Participação e Mobilização; painel: Troca de Experiências entre Cidades; mesa de debate: Temas Transversais de Governo Aberto; roda de Conversa sobre Dados Abertos; oficina: Acesso à Informação e Gênero; Café Hacker - Orçamento e Finanças da Cidade de São Paulo.

Foto 48



Foto 49



Oficinas dos Agentes de Governo Aberto

A COPI é o setor da Controladoria responsável pela relação intersecretarial com a São Paulo Aberta para a gestão do Programa Agentes de Governo Aberto. Além de acompanhar o programa, gerido pela São Paulo Aberta, a COPI promoveu uma formação em transparência e sobre acesso à informação para os agentes de Governo Aberto se apropriarem da temática e terem conhecimento e certo domínio sobre as formas de acesso informação disponibilizadas pelas Prefeitura de São Paulo. Foi explicado como se aplica a Lei de Acesso à informação e como se dá o processo de pedido de acesso à informação na Prefeitura de São Paulo. Por fim, pensando em capacitar os agentes à conhecerem e utilizarem as plataformas que disponibilizam informações da cidade de São Paulo, foi realizada uma dinâmica, "O Jogo da LAI" em que os agentes deveriam procurar respostas à pedidos de informação utilizando estas plataformas. A dinâmica possibilitou aos Agentes terem uma visão de como é formular uma resposta aceitável a um pedido de informação e puderam se apropriar das ferramentas que os portais de informações oferecem, além de conhecer o fluxo estabelecido pela Lei de Acesso à Informação.

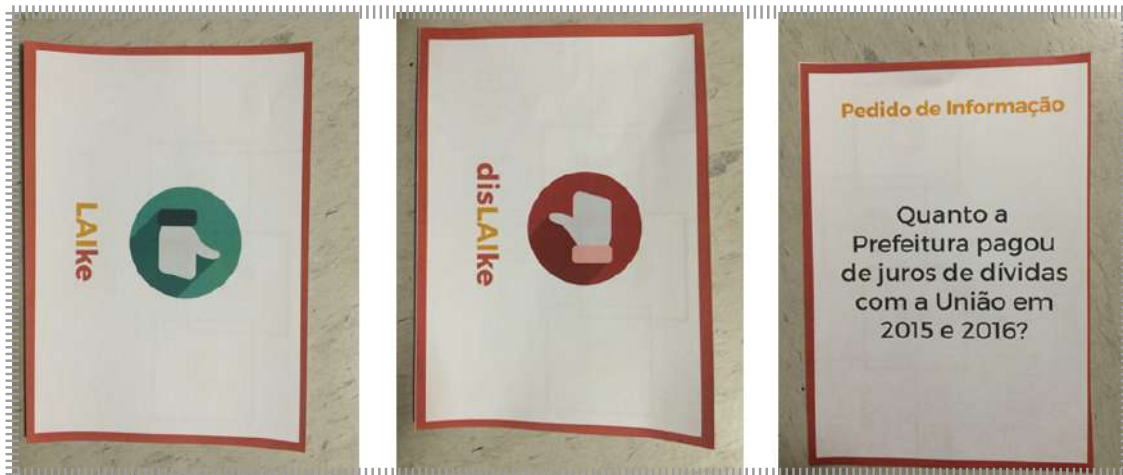
Formação dos Agentes em transparência e acesso à informação

Foto 50



Jogo da LAI - dinâmica de formação dos Agentes de Governo Aberto

Fotos 51, 52 e 53





Divulgação de iniciativas para a promoção da integridade

A COPI conta com 5 Divisões que trabalham com os temas de promoção da integridade (Transparência Ativa, Transparência Passiva, Controle Social, Fortalecimento da Gestão e Ética). Em 2016, a Coordenadoria se dividiu internamente e consolidou uma nova área: a de comunicação social. Arelada à Coordenação e fornecendo o apoio para todas as áreas, a comunicação foi responsável pela produção de materiais formativos e de divulgação das ações feitas pela Controladoria.

Com o objetivo de democratizar o conhecimento sobre as ferramentas de transparência, dados abertos e controle social, foram elaborados uma série de materiais de comunicação e formação.

O primeiro deles foram os 1000 cartazes sobre a Lei de Acesso à Informação e o Sistema de Informação ao Cidadão (e-SIC) da Prefeitura de São Paulo. Esses cartazes foram estrategicamente distribuídos nos diferentes equipamentos municipais de cultura, educação, subprefeituras e demais prédios públicos.


Cartazes para difusão da Lei de Acesso à Informação e o Sistema de Acesso à Informação de São Paulo

Foto 54

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO


Um instrumento para promover a transparência

Conheça a LAI




A Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), garante o direito constitucional de acesso às informações públicas, como dados, contratos, registros, mapas etc. Em vigor desde maio de 2012, a LAI criou mecanismos para que qualquer pessoa, física ou jurídica, possa acessar e solicitar informações dos órgãos e entidades públicas, sem necessidade de apresentar justificativa.

Onde buscar informações?




A Prefeitura divulga dados como contratos, despesas e salários no Portal da Transparência da cidade (transparencia.prefeitura.sp.gov.br). Se não encontrar por lá o que procura, você pode fazer um pedido de informação comparecendo às praças de atendimento dos órgãos municipais, à Ouvidoria Geral do Município, ou usando a internet pelo sistema e-SIC (esic.prefeitura.sp.gov.br).

Quem deve cumprir?



A LAI vale para os três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário). Devem responder aos pedidos de informação toda a administração pública direta (órgãos públicos) e indireta (empresas públicas, autarquias, fundações etc.), além de entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos.

Prazos e recursos



Ao cadastrar um pedido no sistema eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), sua resposta deverá chegar em até 20 dias (ou 30, sob justificativa do órgão requisitado). Caso receba uma resposta incompleta, imprecisa ou uma negativa de acesso, é possível recorrer usando o próprio sistema e-SIC.


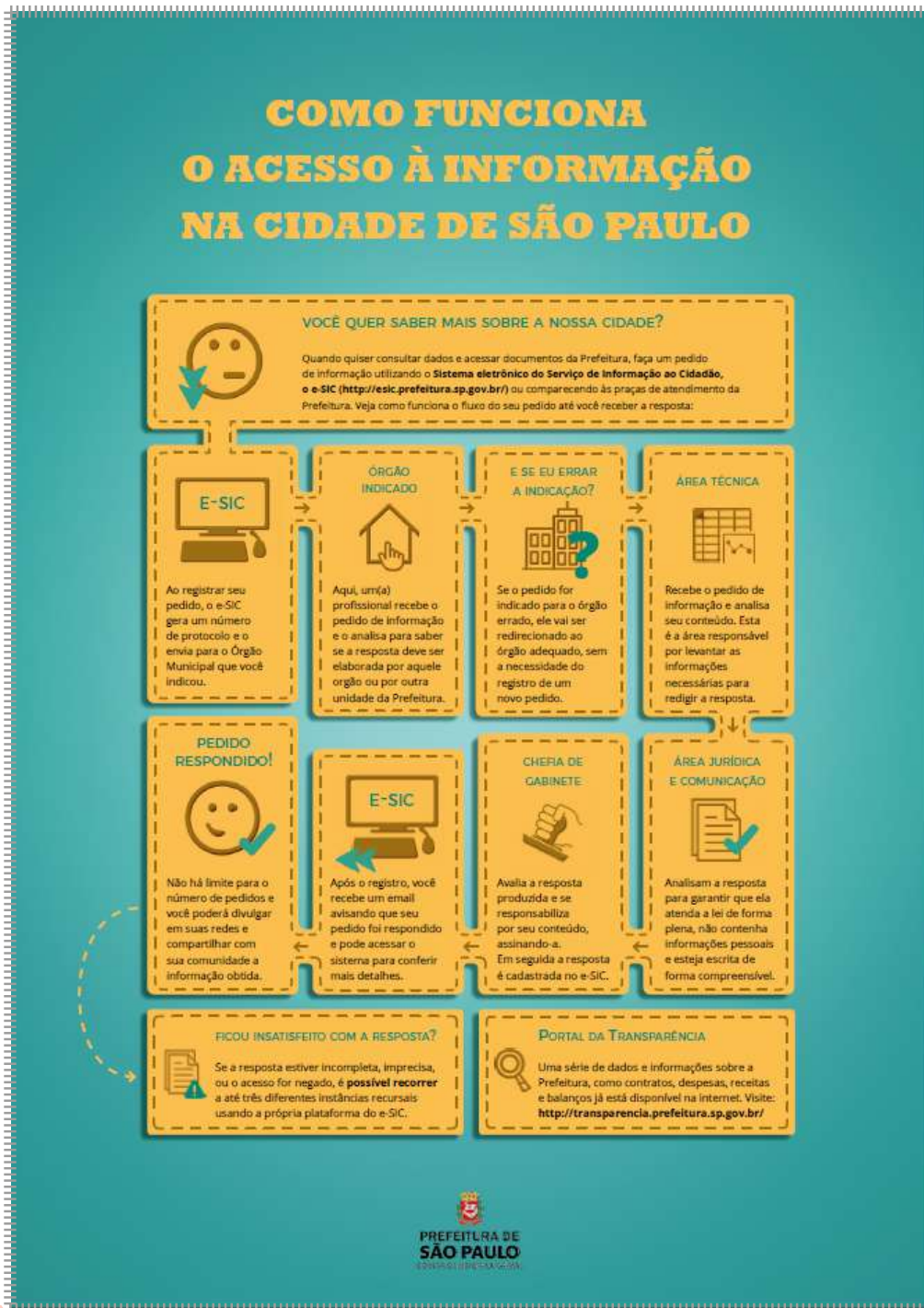

PREFEITURA DE SÃO PAULO
CONTROLADORIA GERAL

Foto 55



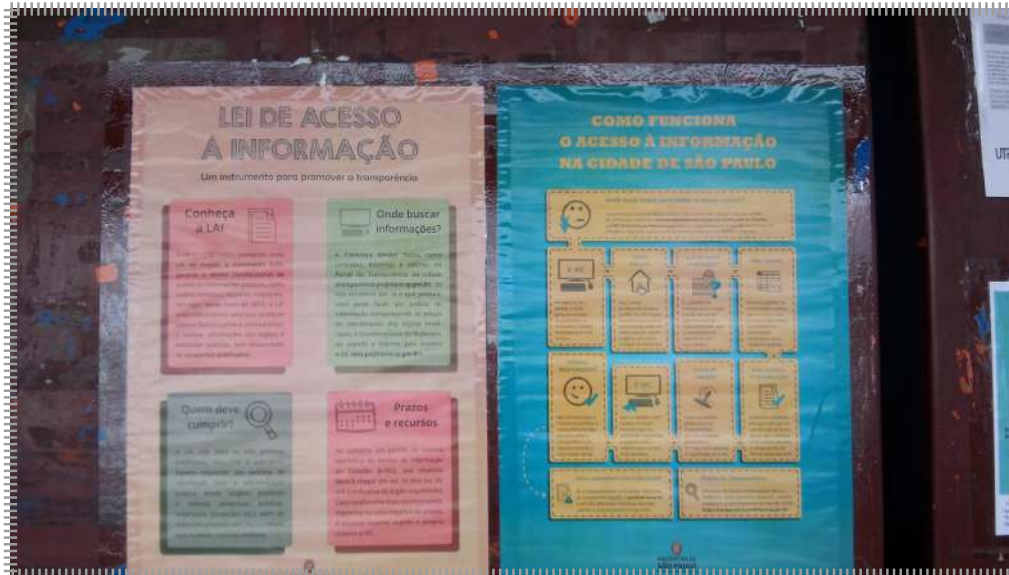
Cartaz da LAI e do e-SIC nas Bibliotecas

Foto 56



Telecentro

Foto 57



Casa de Cultura - Itaim Paulista

Foto 58



Controladoria Cidadã

Buscando incentivar o exercício do controle social, em comemoração ao dia 09 de dezembro, Dia Internacional de Combate à Corrupção, a COPI lançou o Manual de Controladoria Cidadã ([download](#)). Trata-se de um passo-a-passo para que cidadãos, conselheiros, coletivos e organizações não-governamentais possam fiscalizar as políticas públicas e prevenir a corrupção.

Desde sua disponibilização eletrônica já foram mais de 46 mil acessos para conhecer e baixar o material.

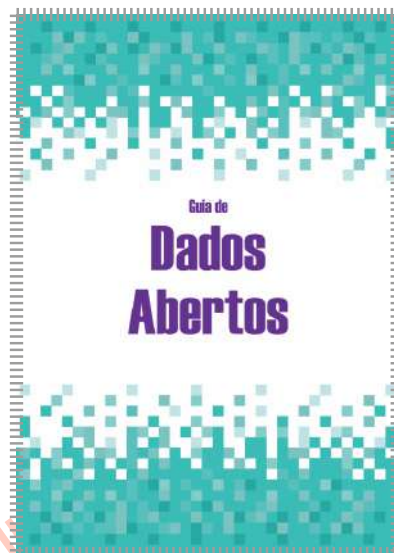
Foto 59



Guia de Dados Abertos para Servidores

Com foco na difusão sobre Dados Abertos, a COPI elaborou um guia de dados abertos ([download](#)), voltados aos servidores municipais. 2000 cópias foram distribuídas para servidores de diferentes áreas da administração municipal.

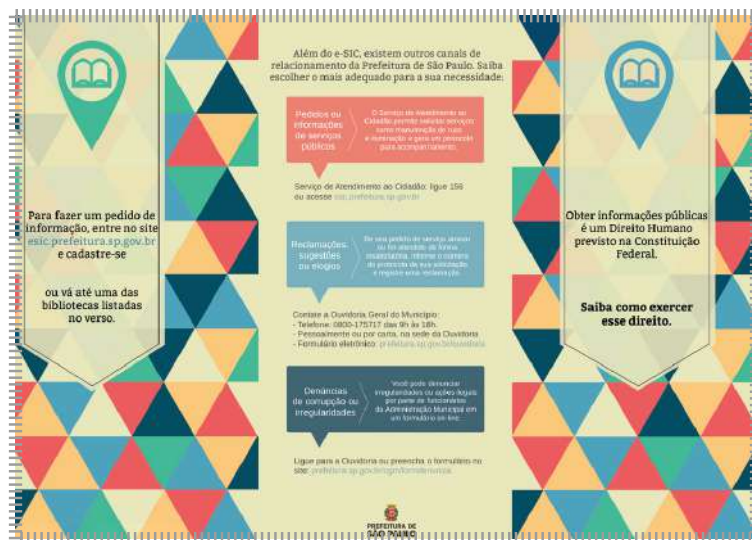
Foto 60



Cartilha de Bibliotecas

Com o propósito de apoiar as bibliotecas polo de acesso e difundir a Lei nos equipamentos municipais, a COPI elaborou a cartilha das bibliotecas ([download](#)), um documento voltado ao cidadão para conhecer e difundir a LAI.

Foto 61



Cartaz das Bibliotecas Polo

As bibliotecas polo ainda contaram com um cartaz específico de reconhecimento do espaço e das atividades voltadas ao acesso à informação.

Foto 62



Cartilha de Proteção de Dados e Informações Pessoais

Uma das grandes preocupações dos servidores que trabalham com transparência e acesso à informação é zelar pelos dados sigilosos, sobretudo aqueles que contêm informações pessoais. Essas questões apareceram em encontros formativos e no dia a dia do atendimento dos pedidos de acesso à informação.

Com essa preocupação, a COPI elaborou a Cartilha de Proteção de Dados e Informações Pessoais ([download](#)). O documento apresenta a temática, as regulamentações existentes e traz os principais pontos de discussão. Além disso, a Cartilha dá orientações aos servidores para proteção de dados pessoais e aos cidadãos que se sentirem lesado por exposição indevida.

Foto 63



Controladoria em Casos

Para registrar as inovações implementadas na Controladoria, foi elaborada a publicação *Controladoria em Casos*, disponível em formato eletrônico desde maio de 2016 ([download](#)). O trabalho reúne 17 casos exemplares desenvolvidos pelas áreas da CGM, destacando suas características inovadoras e impactos para a sociedade. O documento, além de transmitir resultados da gestão de forma simples ao munícipe, também pode servir para orientação a outros gestores interessados em desenvolver suas próprias experiências.

Foto 64



Atividades externas

No ano de 2016, apesar das restrições por conta do período eleitoral, a equipe da COPI participou de mais de 10 atividades externas, a convite de outras organizações. Abaixo, seguem alguns detalhes de participação:

Fotos 65 e 66



NIC.BR

Foto 67



Palestra na SERPRO

Foto 68



Desconferência Hacker - Rio de Janeiro

Foto 69



É importante destacar que o trabalho da COPI fora construído desde sua criação, em 2013. Em pouco tempo, os resultados desse esforço coletivo foi perceptível: avanços na transparência pública, ativa e passiva, nas medidas de fortalecimento da gestão, ética e no controle social.

Em 2016, pudemos estar mais próximo dos servidores, apoiando os órgãos e colocando a Controladoria à disposição, e da população em geral com as medidas de democratização do conhecimento. Evidentemente, há pontos que necessitam de avanço para construirmos, cada vez mais, uma gestão mais aberta. Esse passo que demos, coletivamente, fortalece o papel do Estado e empodera a sociedade a fim de construir uma gestão transparente e íntegra.

Equipe responsável da Coordenadoria de Promoção de Integridade



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
CONTROLADORIA GERAL

